

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - Em milhares de reais							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	229.693	267.270	Fornecedores	11	16.104	44.512
Recursos com restrições - convênios	6	10.602	1.592	Convênios para aquisição de bens	13	12.230	2.947
Aplicações financeiras	6	35.537	-	Obrigações sociais e trabalhistas	12	54.241	52.178
Contas a receber de convênios e alunos	7	51.054	50.798	Comissões a pagar	-	6.849	5.929
Estoques	8	5.991	3.829	Matrículas antecipadas	14	18.409	20.285
Outros ativos	-	10.690	8.674	Outros passivos	-	3.515	3.543
		<u>343.567</u>	<u>332.163</u>			<u>111.348</u>	<u>129.394</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Aplicações financeiras	6	548	2.449				
Depósitos judiciais	15	13.295	12.421				
Contas a receber de alunos	7	69.450	47.665				
Outros ativos	-	309	132				
		<u>83.602</u>	<u>62.667</u>				
Imobilizado							
Intangível	9	221.461	215.769			<u>43.345</u>	<u>46.705</u>
	10	<u>9.235</u>	<u>3.941</u>			<u>154.693</u>	<u>176.099</u>
		<u>230.696</u>	<u>219.710</u>				
		<u>314.298</u>	<u>282.377</u>				
Total do ativo							
		<u>657.865</u>	<u>614.540</u>			<u>657.865</u>	<u>614.540</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em milhares de reais

	Nota explicativa	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2019				
Superavit do exercício	16	<u>325.617</u>	<u>27.240</u>	<u>352.857</u>
Transferência para o patrimônio social	-	<u>27.240</u>	<u>(27.240)</u>	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Superavit do exercício	16	<u>352.857</u>	<u>85.584</u>	<u>438.441</u>
Transferência para o patrimônio social	-	<u>85.584</u>	<u>(85.584)</u>	-
Em 31 de dezembro de 2020				
	16	<u>438.441</u>	<u>64.731</u>	<u>503.172</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução ("SCEI" ou "Associação") é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, de natureza católica, comunitária, beneficente e filantrópica, dedicada à educação, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, que tem por finalidade manter e dirigir a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o Hospital e Maternidade Celso Pierrero e outras organizações de caráter cultural, científico, filantrópico e social. Em atendimento ao previsto no Estatuto Social, os recursos da Associação são aplicados apenas em suas finalidades institucionais.

A Associação, instituída em 20 de maio de 1941 pela Arquidiocese de Campinas, é declarada de utilidade pública federal pelo Decreto nº 40.685 de 6 de outubro de 1962, estadual pelo Decreto nº 40.585 de 6 de setembro de 1962 e municipal pela Lei Municipal nº 6.801, de 4 de dezembro de 1991. Com base na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Artigo 150, Inciso VI, Alínea C e seu parágrafo 4º e Artigo 195, parágrafo 7º, a Associação é imune à incidência de tributos a qual, na compreensão da Associação, independe de qualquer outro requisito legal.

No entanto, a Associação cumpre o necessário para obtenção da certificação prevista na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013 e pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que regula os procedimentos de isenção de contribuições à seguridade social, sendo concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação. A Lei determina que a Associação seja cadastrada no Ministério relativo à sua atividade preponderante que, no caso da SCEI, é o Ministério da Educação - MEC.

A Associação foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 21 de junho de 1966, conforme processo nº 45.988/65, possuindo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo CNAS, desde 17 de setembro de 1975. Referente ao triênio de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, a Associação obteve sua Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), expedida pelo MEC em 6 de novembro de 2012, através da Portaria nº 237. Em 29 de junho de 2012 a Associação protocolou tempestivamente o requerimento de renovação da certidão para o triênio compreendido entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2015; porém, ainda não obteve a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), assim como também em 18 de dezembro de 2015 e 7 de dezembro de 2018, a Associação protocolou tempestivamente requerimentos de renovação da certidão para os triênios compreendidos entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, respectivamente, encontrando-se os processos em análise no MEC, permanecendo válida a certificação atual até a data da decisão sobre os requerimentos, conforme preconizado na Lei 12.101/2009, artigo 24, § 2º.

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas tem como atividade preponderante a prestação de serviços na área da educação superior, realizando assistência através de bolsas de estudo provenientes de programas governamentais (PROUNI) e bolsas de estudo provenientes de programas internos de fomento à educação. Possui como órgão complementar da Universidade o Colégio de Aplicação PIO XII, que prepara alunos para o ingresso na vida universitária.

O Hospital e Maternidade Celso Pierrero, um Hospital universitário, tem como atividade a prestação de serviços de assistência à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, convênios privados e de modo particular para a população da região de Campinas, das cidades vizinhas e outras, e por ter esse caráter assistencial, social e humanitário, não tem apresentado Superavit em suas atividades; assim sendo, o Hospital deve ser analisado no contexto das operações da Associação, tomadas em seu conjunto.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 31 de março de 2021.

1.1 - Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em decorrência da Pandemia Mundial da CORONA VÍRUS e da decretação de Estado de Calamidade Pública no Brasil em 20 de Março de 2020 através do Decreto Legislativo nº 6, as atividades da entidade, de Prestação de Serviços Educacionais e de Saúde, foram diretamente afetadas, passando a seguir orientações dos Governos Estadual e Municipal, bem como dos Ministérios da Educação e Saúde.

Em decorrência de suas particularidades, serão apresentadas as atividades que foram e estão sendo desenvolvidas em cada uma das suas Mantidas (PUC-Campinas e Hospital e Maternidade Celso Pierrero) ao longo de 2020 e também nos meses iniciais de 2021.

i - EDUCAÇÃO

Com a entrada em vigor no, Estado de São Paulo, de período de quarentena, em março de 2020, as atividades presenciais relativas as aulas dos alunos foram integralmente suspensas, e passaram a ser desenvolvidas remotamente, em plataformas digitais, sem prejuízo de seu conteúdo. Este formato de aula permaneceu durante todo ano de 2020 e muito provavelmente ainda será utilizado pelo menos nesse 1º semestre de 2021. As atividades práticas nos Cursos, impossibilitadas de serem desenvolvidas num primeiro momento, estão sendo oportunamente repostas, seguindo todos os Protocolos de segurança. Igualmente encontram-se sendo desenvolvidas remotamente, as atividades de Pesquisa e Extensão.

No que se refere aos eventuais impactos em não pagamentos de mensalidades, criou-se internamente um Comitê de Crise, onde esta questão encontrava-se inserida. O objetivo principal, neste quesito, era de acolher o aluno ou a família que contactasse a Instituição, apresentando dificuldades de continuar com os pagamentos, em decorrência de fato relacionado com a Pandemia, a fim de evitar, com isto, a evasão do aluno, possibilitando a continuidade de seus estudos. Tal matéria contou com subsídios internos e externos, estes, através de contato com outras Instituições, Órgãos de

Classe e outros organismos do segmento, tudo no sentido de permitir oferecer uma solução plausível para ambas as partes. Os valores contratados de mensalidades foram mantidos - até porque os custos institucionais não tiveram queda com o ensino remoto - e foram realizados acordos para parcelamentos de mensalidades. Este canal de acolhimento esteve aberto durante todo o ano de 2020 e ainda continua à disposição dos alunos e seus familiares.

No que se refere aos processos seletivos para ingresso inicial na Universidade, ocorreram eles tanto de forma presencial (alguns Cursos) como remoto, observando-se os Protocolos de segurança.

As matrículas para os convocados nos vários Cursos também se realizaram de forma remota, assegurando-se a observância de todos os regulares e legais procedimentos.

Os alunos veteranos igualmente puderam realizar a matrícula de forma remota e para aqueles com débitos anteriores, o atendimento é feito de forma remota ou presencial, com agendamento prévio no Departamento de Contas a Receber.

Processos seletivos internos e externos vêm sendo recorrentemente realizados, tudo no sentido do preenchimento de vagas ociosas nos vários Cursos.

As matrículas para o ano letivo em curso devem observar uma data limite para sua realização, ao que a Universidade cumpre rigorosamente.

ii - SAÚDE

O Hospital e Maternidade Celso Pierrero (HMCP) não foi designado pelo Município de Campinas como hospital de referência para atendimento da COVID-19 no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Requereu o Município ao Hospital, quando do Início da Pandemia, a redução dos atendimentos eletivos, a fim de atender, num determinado período, os casos de urgência e emergência regulados pela Rede Municipal. Os atendimentos COVID-19 no Hospital só se deram em relação aos convênios e a particulares, em ala específica.

O Convênio SUS firmado pelo HMCP teve seu cumprimento de metas (qualitativas e quantitativas) suspenso, durante todo o período de quarentena, não tendo sido afetado, no entanto, o valor contratado, que foi repassado na sua integralidade.

Foram ainda realizados, em 2020, mais dois contratos com o HMCP, a pedido da Municipalidade, para atender demandas emergenciais relativas à COVID-19 (leitos de UTI e leitos de enfermaria), já tendo sido estes contratos renovados para 2021.

Através de trabalho de captação de recursos realizado pelo Hospital, recebeu ele doações em espécie e/ou produtos, realizando também convênios com Órgãos Públicos. O montante captado em 2020 foi da ordem de R\$ 6.376.

No que se refere ao resultado de convênios privados e atendimento a particulares ocorreu significativa redução, inclusive pelo não atendimento dos procedimentos eletivos. Com o passar dos meses, o faturamento de convênios voltou aos mesmos níveis dos meses anteriores ao início da Pandemia, também por conta das internações para atendimento da COVID-19.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), associados aos aspectos contábeis específicos relacionadas a entidades sem fins lucrativos, incluindo nas disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro";
- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios";
- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros";
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos".

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Entidade.

2.2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a

Demonstração do Resultado do Exercício			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2020	2019
Receita operacional bruta			
Receitas com mensalidades	18	433.422	431.447
Receitas hospitalares	18	247.258	238.960
Outras receitas educacionais	18	2.184	2.712
Isonções usufruídas	17 (iv)	130.243	128.174
Outras receitas	18	<u>20.650</u>	<u>9.862</u>
		<u>833.757</u>	<u>811.155</u>

Demonstração do Resultado do Exercício			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro			
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2020	2019
Deduções sobre a receita			
Cancelamentos e devoluções de matrículas	18	(24.633)	(27.597)
Bolsas integrais - PROUNI	18	(57.417)	(57.221)
Bolsas institucionais - critério da Lei 12.101/2009	18	(5.717)	(6.706)
Outras bolsas de estudo	18	(155)	(1.037)
Outras deduções	18	<u>(120.585)</u>	<u>(126.158)</u>
Receita operacional líquida	18	713.172	684.997
Custo dos serviços prestados	19	<u>(427.362)</u>	<u>(427.551)</u>
Superavit bruto	-	285.810	257.446
Despesas			
Despesas com pessoal e outras	20	(68.371)	(66.685)
Despesas com serviços de terceiros	21	(18.497)	(14.446)
Despesas com medicamentos, suprimentos, hospitalares e outras	22	(2.607)	(3.160)
Despesas com serviços públicos	23	(5.079)	(3.505)
Despesas com expediente, consumo e outras	24	(2.835)	(3.713)
Despesas com depreciação e amortização	25	(3.186)	(2.537)
Provisões para riscos e para créditos de realização duvidosa, líquidas	26	(4.281)	32.328
Isonções usufruídas	17 (iv)	(130.243)	(128.174)
Outras despesas operacionais	27	<u>(460)</u>	<u>(1.090)</u>
		<u>(235.559)</u>	<u>(190.982)</u>
Superavit operacional antes do resultado financeiro	-	50.251	66.464
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28	18.466	28.093
Despesas financeiras	28	(3.986)	(8.973)
		<u>14.480</u>	<u>19.120</u>
Superavit do exercício	-	<u>64.731</u>	<u>85.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2020	2019
Superavit do exercício	<u>64.731</u>	<u>85.584</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>64.731</u>	<u>85.584</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais			
	Nota	2020	2019

Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superavit do exercício	-	<u>64.731</u>	<u>85.584</u>
Ajustes de			
Depreciação e amortização	9 e 10	11.630	10.412
Custo líquido na baixa do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	64	326
Juros e variações monetárias sobre riscos trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais	15	2.135	6.929
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	26	4.870	(31.141)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	-	(674)	(1.175)
Ajuste a valor presente do contas a receber	28	(2.290)	(2.172)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de convênios e alunos e demais a receber	-	(24.621)	11.756
Estoques	-	(2.162)	(657)
Depósitos judiciais	-	(686)	(5.622)
Outros ativos	-	(2.193)	(772)
Fornecedores	-	(28.408)	(8.587)
Salários e encargos sociais	-	2.063	1.170
Convênio para aquisição de bens	-	9.822	(1.119)
Comissões a pagar	-	918	2.590
Matrículas antecipadas	14	(1.876)	1.742
Provisão para riscos trabalhista e cíveis	-	(5.546)	(3.715)
Outros passivos	-	(28)	(1.511)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-	<u>27.749</u>	<u>65.039</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	9	(16.273)	(25.510)
Aquisição de intangíveis	10	(6.407)	(2.896)
Aplicações financeiras	-	(33.636)	(2.449)
Recursos com restrições - convênios	-	<u>(9.010)</u>	<u>1.264</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	<u>(65.326)</u>	<u>(29.591)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	-	(37.577)	35.448
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	<u>267.270</u>	<u>231.822</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	<u>229.693</u>	<u>267.270</u>
Efeitos que não afetam caixa			
Acordo sindicato	15	-	36.386
Encontro de depósito com contingência	15	2.294	146

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Associação atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Associação e, também, a moeda de apresentação da Associação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento originais de até três meses. As aplicações financeiras representam títulos e valores mobiliários registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, e estão sujeitas a um algum risco de mudança de valor devendo estar sob monitoramento constante.

2.5 Recursos com restrições - convênios

O montante classificado como recursos com restrições corresponde ao valor liberado através de subsidio governamental que deve ser utilizado exclusivamente para aquisição de equipamentos hospitalares dentro de período pré-estabelecido. Estes recursos ficam aplicados nas instituições financeiras.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

Mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro foi mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não

continua →

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

★ continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros da Associação classificados como custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições - convênios, contas a receber de convênios e alunos e demais contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais e outros ativos. O custo amortizado é determinado usando-se o método da taxa de juros efetiva.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo.

No reconhecimento inicial, a Associação mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os empréstimos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Associação avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

O teste para verificação de impairment das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, se aplicável, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Associação estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes por prestação de serviços e decorrentes de provisão de serviços;

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, a perda por impairment identificada nesses ativos foi imaterial.

Contas a receber de clientes

A Associação aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, a Associação revisou seu critério de reconhecimento de provisões para impairment de seus ativos financeiros, passando de um modelo de avaliação das perdas incorridas para o modelo de avaliação de perdas incorridas e perdas esperadas. Esta avaliação foi feita com base nas perdas reais observado o último ano, e como resultado desta adoção, nenhum ajuste material foi identificado pela Associação, por isso não há ajustes a referidas Demonstrações Financeiras. As práticas contábeis inerentes a este tema são como segue:

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de mensalidades durante um período de 12 meses antes de 31 de dezembro de 2020, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

As perdas esperadas foram calculadas por ramo de atividade, ou seja, Educação e Saúde.

A Associação concluiu que não houve impacto material com a adoção da norma e que as políticas utilizadas anteriormente para cálculo da provisão para perdas continuam adequadas. A política está descrita abaixo:

A Associação realiza a análise dos títulos vencidos acima de 180 dias e com base em seus históricos entende que são passíveis de perda, dessa forma realiza a provisão de 100% destes saldos. A movimentação da provisão está apresentada na Nota 7.

Riscos de perdas em outros ativos financeiros são monitorados periodicamente pela Associação e não foi identificado um risco de crédito desses ativos em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, houve a adequação da nomenclatura de classificação contábil dos instrumentos financeiros, sem que tenha havido mudanças significativas na forma como tais instrumentos são remensurados posteriormente.

2.7 Contas a receber de convênios e clientes

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de saúde e educacionais no curso normal das atividades da Associação. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de convênios, de alunos e demais clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Quando julgado necessário é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos saldos a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo inicial, não excedendo os valores líquidos de realização ou reposição. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os itens em estoque são utilizados para a manutenção das operações realizadas pela Associação na prestação de seus serviços.

2.9 Ativos intangíveis

Marcas

As marcas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas durante sua vida útil (estimada de 10 anos).

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e para que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil (estimada em cinco anos).

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, Hospital e os Campi da Universidade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (em anos)	
	Educação	Saúde
Edificações e instalações	48	54
Máquinas e Equipamentos	17	17
Móveis e Utensílios	19	19
Bibliotecas	48	19
Computadores e Periféricos	12	10
Veículos	10	11
Benfeitorias e Propriedade de Terceiros	12	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do Superávit.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.13 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais (tributárias, trabalhistas e civis) são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.14 Convênios para aquisição de bens

O convênio para aquisição de bens são contratos firmados entre a Associação e os Governos: Federal, Estadual e Municipal, para fomentar o desenvolvimento dos atendimentos concedidos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

As entradas e saídas de recurso destinados à Associação por meio de repasses dos valores a serem dispendidos para aquisição de bens para o ativo imobilizado, os quais são adquiridos via processos de licitação, são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

2.15 Comissões a pagar

As comissões provisionadas referem-se à taxa de administração cobrada pela FUNDACRED (Fundação de Crédito Educativo) pela administração dos financiamentos de anuidades, cobráveis após o período da formação profissional do aluno, em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito.

2.16 Gratuidades e bolsas de estudo

As bolsas de estudo oferecidas pela Associação foram quantificadas nos termos da Lei nº 11.096/05 (PROUNI) e Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e pelo decreto 8.242/14. As gratuidades institucionais estão demonstradas através da apuração de custos, direitos e indiretos, aplicados à execução dos respectivos projetos.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Associação, a receita é apresentada líquida dos descontos.

A Associação reconhece a receita na medida em que satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente.

(a) Convênios

As receitas hospitalares decorrem substancialmente da prestação de serviços de assistência à saúde, realizada mediante convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), instituições privadas e atendimentos particulares. As receitas são reconhecidas conforme a prestação do serviço é realizada ao cliente.

O convênio firmado com o Município de Campinas (178/16) e aditado em 31 de janeiro de 2020 com vigência até 31/05/2021, e que pode ser consultado no website da Prefeitura Municipal de Campinas no endereço (<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/justica/contratos.php?>) para atendimentos SUS, prevê o montante mensal de recursos financeiros públicos no total de R\$ 12.495, sendo composto por R\$ 8.327 através de recursos federais e R\$ 4.168 de recursos municipais, devendo o Hospital seguir as premissas previstas de atendimentos do plano de trabalho.

(b) Mensalidades

As receitas com anuidades escolares são registradas mensalmente à medida que os serviços de ensino são prestados, tendo como base a emissão da nota fiscal de serviço, a qual é também emitida no mesmo mês da prestação dos serviços.

(c) Matrículas antecipadas

As receitas diferidas decorrem de recebimento antecipado do aluno de matrículas e são apropriadas ao resultado de acordo com a sua efetiva competência da prestação do serviço.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber quando da negociação e assinatura do termo de compromisso por ocasião da negociação de mensalidades vencidas, e também no ato do pagamento dos débitos vencidos, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. Adicionalmente, a Associação também reconhece como receita financeira os rendimentos dos certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos apurados mensalmente.

(e) Outras receitas

São reconhecidas na demonstração do Superávit pelo regime de competência do exercício.

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

Não há alterações de normas ou novas normas emitidas pelo CPC que ainda não estão em vigor.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, determinação de taxas de

desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, perdas relacionadas a contas a receber e determinação de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Estimativas e premissas são revistas permanentemente. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas ou em qualquer período futuro afetado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação. A gestão de risco é realizada pelo Departamento Financeiro da Associação, segundo orientação da Administração Superior.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco com taxas de juros

É oriundo da possibilidade de a Associação vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Associação adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas adicionadas à variação do CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Departamento Financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a convênios e alunos, incluindo contas a receber em aberto.

A Administração da Associação está ciente quanto ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos de recebimento dos títulos é um dos procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Associação restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's ou FITCH, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de investimentos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de fluxo de caixa é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da Associação, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas.

O saldo de caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Financeiro. O Departamento Financeiro investe o excesso de caixa em contas correntes remuneradas e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos da Associação, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	16.104	
Comissões a pagar	6.849	2
Outros passivos	3.515	
	26.468	2

Em 31 de dezembro de 2019

Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	44.512
Comissões a pagar	5.929
Outros passivos	3.543
	53.984

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2020	2019
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	229.693	267.270
Recursos com restrições - convênios	10.602	1.592
Contas a receber de convênios e alunos e demais contas a receber	120.504	98.463
Aplicações financeiras	36.085	2.449
Depósitos judiciais	13.295	12.421
Outros ativos	10.999	8.806
	421.178	391.001
	2020	2019

Passivo financeiro ao custo amortizado

Fornecedores	16.104	44.512
Convênios para aquisição de bens	36.198	26.376
Matrículas antecipadas	18.409	20.285
Comissões a pagar	6.851	5.933
Outros passivos	3.515	3.543
	81.077	100.649

Os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Associação resolvesse liquidá-los antecipadamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras, em instituições de primeira linha, está composto conforme abaixo.

	2020	2019
Conta corrente bancária	1.050	966
Caderneta de poupança	13.444	1.592
Letras do tesouro	3.487	2.449
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	154.596	5.528
Fundo de investimento DI	103.803	260.776
Total caixa e equivalentes de caixa, recursos com restrições e aplicações financeiras	276.380	271.311
Caixa e equivalentes de caixa	229.693	267.270
Recursos com restrições	10.602	1.592
Aplicações Financeiras de curto prazo	35.537	
Aplicações Financeiras de longo prazo	548	2.449
	276.380	271.311

Os Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 106,38% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e dos fundos de investimentos; já os valores aplicados em caderneta de poupança, são verbas recebidas de Órgãos de Fomento, com rentabilidade anual em 1,40% (2012 MP567/12), representando 50,54% do CDI (taxa referencial), que no ano 2020 foi de 2,77%. Esses investimentos estão mantidos em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos.

O montante classificado como recursos com restrições - convênios, corresponde ao valor liberado por meio de subsídio governamental para aquisição de equipamentos hospitalares, conforme nota explicativa 2.4.

7. Contas a receber de convênios e alunos e demais clientes

	2020	2019
Contas a receber de convênios (a)	44.050	40.987
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.698)	(24.127)
	19.352	16.860
Contas a receber de alunos (b)	160.208	136.192
Ajuste a valor presente	(1.832)	(1.663)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(57.224)	(52.925)
	101.154	81.604
Total contas a receber	120.504	98.464
Ativo circulante	51.054	50.798
Ativo não circulante	69.450	47.665

continua —★

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

☆ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição das contas a receber de convênios:

	2020	2019
Sistema Único de Saúde (SUS)	21.883	21.674
Convênios médicos e atendimentos particulares (i)	22.167	19.313
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.698)</u>	<u>(24.127)</u>
	<u>19.352</u>	<u>16.860</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 11.154 (R\$ 8.765 em 2019) encontra-se vencido, dos quais R\$ 8.670 foram recebidos até a data da emissão dessas demonstrações financeiras. Este saldo refere-se aos títulos de convênios em atraso, situação normal tendo em vista a natureza da operação, uma vez que após o faturamento, as contas são revisadas pelos respectivos convênios e eventuais glosas são discutidas e recursadas em um prazo médio de 180 dias. Portanto, a constituição de provisão para perda não seria aplicável neste momento. Do montante especificado como "vencido acima de 365 dias", destaca-se o convênio privado realizado com a Assimédica, a qual se encontra em fase de falência perante a 3ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de Campinas sob o nº 1041090-61.2016.8.26.0114, tendo-se habilitado no dito procedimento com número específico junto ao TJ como incidente nº 1015351-18.2018.8.26.0114, com o valor à época de R\$ 3.064. Destaca-se também na mesma rubrica "vencido acima de 365 dias" o convênio SUS, cuja algumas penalidades estão sendo discutidas judicialmente em ações movidas pela Instituição em face da Prefeitura Municipal de Campinas, a saber: Ação nº 1041919-71.2018.8.26.0114, distribuída em 5.10.2018, para cobrança de descontos relativos ao período compreendido entre setembro de dezembro de 2017, perfazendo o valor à época de R\$ 8.017; Ação nº 1020965-04.2018.8.26.0114, distribuída em 15.5.2018, para descontos relativos ao período compreendido entre julho de 2016 a maio de 2017, perfazendo o valor total à época de R\$ 5.208.

	2020	2019
Vencidos até 90 dias	8.905	7.334
Vencidos de 91 a 180 dias	<u>2.249</u>	<u>1.431</u>
	<u>11.154</u>	<u>8.765</u>

(ii) Os saldos provisionados estão vencidos por um período maior que 181 dias, conforme apresentado a seguir:

	2020	2019
Vencido de 181 a 365 dias	384	194
Vencido acima de 365 dias	<u>24.314</u>	<u>23.933</u>
	<u>24.698</u>	<u>24.127</u>

(iii) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber de convênios:

	2020	2019
Saldo inicial	24.127	24.422
Constituição de provisão	2.728	5.411
Valores baixados	<u>(2.157)</u>	<u>(5.706)</u>
Saldo final	<u>24.698</u>	<u>24.127</u>

(b) Composição das contas a receber de alunos:

	2020	2019
Ativo circulante		
Crédito educativo - FUNDACRED (1)	8.638	4.669
Mensalidades a receber	24.221	21.758
Parcelamentos das anuidades (2)	11.472	11.991
Ajuste a valor presente - parcelamento	<u>(417)</u>	<u>(432)</u>

9. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Bibliotecas	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Em 31 de dezembro de 2019:											
Saldo inicial	16.981	105.580	42.193	1.131	8.473	11.491	6.540	664	193.053	7.305	200.358
Aquisição	8.419		11.251	11	1.275	1.475	316		22.747	2.763	25.510
Alienação			(91)	(31)	(29)	(175)			(326)		(326)
Depreciação		(2.854)	(4.011)	(150)	(696)	(1.623)	(162)	(277)	(9.773)		(9.773)
Transferências		865	17					(17)	865	(865)	
Saldo contábil, líquido	<u>25.400</u>	<u>103.591</u>	<u>49.359</u>	<u>961</u>	<u>9.023</u>	<u>11.168</u>	<u>6.694</u>	<u>370</u>	<u>206.566</u>	<u>9.203</u>	<u>215.769</u>
Em 31 de dezembro de 2019:											
Custo	25.400	162.410	85.726	2.021	16.973	22.221	11.595	4.307	330.653	9.203	339.856
Depreciação acumulada		(58.819)	(36.367)	(1.060)	(7.950)	(11.053)	(4.901)	(3.937)	(124.087)		(124.087)
Saldo contábil, líquido	<u>25.400</u>	<u>103.591</u>	<u>49.359</u>	<u>961</u>	<u>9.023</u>	<u>11.168</u>	<u>6.694</u>	<u>370</u>	<u>206.566</u>	<u>9.203</u>	<u>215.769</u>
Em 31 de dezembro de 2020:											
Saldo inicial	25.400	103.591	49.359	961	9.023	11.168	6.694	370	206.566	9.203	215.769
Aquisição		8.078		183	1.020	6.608	358		16.247	26	16.273
Alienação		(40)			(24)				(64)		(64)
Depreciação		(2.967)	(4.493)	(146)	(744)	(1.717)	(172)	(278)	(10.517)		(10.517)
Transferências		9.126							9.126	(9.126)	
Saldo contábil, líquido	<u>25.400</u>	<u>109.750</u>	<u>52.904</u>	<u>998</u>	<u>9.275</u>	<u>16.059</u>	<u>6.880</u>	<u>92</u>	<u>221.358</u>	<u>103</u>	<u>221.461</u>
Em 31 de dezembro de 2020:											
Custo	25.400	171.535	93.743	2.187	17.941	28.830	11.953	4.307	355.896	103	355.999
Depreciação acumulada		(61.785)	(40.839)	(1.189)	(8.666)	(12.771)	(5.073)	(4.215)	(134.538)		(134.538)
Saldo contábil, líquido	<u>25.400</u>	<u>109.750</u>	<u>52.904</u>	<u>998</u>	<u>9.275</u>	<u>16.059</u>	<u>6.880</u>	<u>92</u>	<u>221.358</u>	<u>103</u>	<u>221.461</u>

(a) As obras em andamento referem-se à construção de edifícios acadêmicos e administrativos.

(b) Os saldos demonstrados nas linhas de Aliações correspondem ao saldo líquido entre os custos e a depreciação acumulada dos bens do ativo imobilizado que foram alienados.

10. Intangível

	Marcas	Softwares adquiridos	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019			
Saldo inicial	2	1.682	1.684
Aquisição		2.896	2.896
Amortização	(2)	(637)	(639)
Saldo contábil, líquido		<u>3.941</u>	<u>3.941</u>
Em 31 de dezembro de 2019			
Custo total	13	12.036	12.049
Amortização acumulada	(13)	(8.095)	(8.108)
Saldo contábil, líquido		<u>3.941</u>	<u>3.941</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
Saldo inicial		3.941	3.941
Aquisição		6.407	6.407
Amortização		(1.113)	(1.113)
Saldo contábil, líquido		<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo total	13	18.442	18.455
Amortização acumulada	(13)	(9.207)	(9.220)
Saldo contábil, líquido		<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>10%</u>	<u>20%</u>	

11. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores	12.242	13.152
Utilidades	640	
Prêmio de Aluguel	1.865	1.793
Outras contas a pagar	<u>1.357</u>	<u>29.567</u>
	<u>16.104</u>	<u>44.512</u>

Em 2019, o saldo de Outras contas a pagar continha o montante de R\$ 27.290 mil decorrentes de acordo judicial com o Sindicato dos Professores de Campinas, conforme descrito na Nota 15.a.i.

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019
Salários a pagar	16.443	15.865
Provisão para férias e encargos	26.575	24.512
Encargos previdenciários e outros encargos	<u>11.223</u>	<u>11.801</u>
	<u>54.241</u>	<u>52.178</u>

13. Convênios para aquisição de bens

	2020	2019
Convênios para aquisição de bens	<u>36.198</u>	<u>26.376</u>
Passivo circulante	12.230	2.947
Passivo não circulante	23.968	23.429

Os principais convênios com saldo em 31 de dezembro são:

	2020	2019
Ministério da Saúde (i)	8.435	987
Secretaria Estadual da Saúde (ii)	1.336	413
Secretaria Municipal da Saúde (iii)	706	
COVID (iv)	74	
Receitas de convênios a realizar (v)	<u>25.647</u>	<u>24.976</u>
	<u>36.198</u>	<u>26.376</u>

	2020	2019
Financiamento estudantil - FIES	695	1.005
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	<u>(12.907)</u>	<u>(5.052)</u>
	<u>31.702</u>	<u>33.939</u>

Ativo não circulante

	2020	2019
Crédito educativo - FUNDACRED (1)	65.010	49.364
Parcelamentos das anuidades (2)	50.171	47.406
Ajuste a valor presente - parcelamento	(1.414)	(1.232)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	<u>(44.317)</u>	<u>(47.873)</u>
	<u>69.450</u>	<u>47.665</u>

Total das contas a receber de alunos

(1) O crédito educativo FUNDACRED (Fundação de Crédito Educativo) representa parcelamentos de anuidades, cobráveis após a conclusão do curso pelo aluno e em parcelas mensais equivalentes ao mesmo período de utilização do crédito.

(2) Parcelamento das mensalidades refere-se a saldos atrasados em que a dívida foi negociada ou renegociada através de um acordo entre Associação e alunos firmado em contrato. Parte deste acordo possui vencimentos de longo prazo e, portanto, estão classificados no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 18.970 (R\$ 14.715 em 2019) encontra-se vencido. Este saldo refere-se a alunos inadimplentes há menos de 180 dias. Devido à natureza da operação da Associação, a Administração considera o risco baixo, não sendo necessária a constituição de provisão para perda, pois há grandes chances de acordos e negociações dos débitos junto à Universidade no final do semestre.

	2020	2019
Vencido até 90 dias	9.042	7.252
Vencido de 91 a 180 dias	<u>9.928</u>	<u>7.463</u>
	<u>18.970</u>	<u>14.715</u>

(i) O montante total provisionado é de R\$ 57.224 (R\$ 52.925 em 2019). A Associação constitui provisão de perda para alunos com saldos vencidos há mais de 181 dias, como a seguir demonstrado:

	2020	2019
Vencido de 181 a 365 dias	7.358	5.349
Vencido acima de 365 dias	<u>49.866</u>	<u>47.576</u>
	<u>57.224</u>	<u>52.925</u>

(ii) A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber de alunos da Associação é a seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	52.925	83.771
Constituição de provisão	11.528	9.882
Baixa do contas a receber	(99)	(1.055)
Valores recuperados, estornados	<u>(7.130)</u>	<u>(39.673)</u>
Saldo final	<u>57.224</u>	<u>52.925</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8. Estoques

	2020	2019
Almoxarifado de materiais	654	579
Farmácia	4.809	2.845
Outros	<u>528</u>	<u>405</u>
	<u>5.991</u>	<u>3.829</u>

14. Matrículas antecipadas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os montantes de R\$ 18.409 e R\$ 20.285 respectivamente, representavam adiantamentos de matrículas relativas ao ano letivo subsequente. Esses montantes são levados ao resultado do período a que se referem, na medida em que exista a efetiva prestação dos serviços para os quais os pagamentos foram destinados.

15. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Na data das demonstrações financeiras, a Associação apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados:

	2020	2019
Reclamações cíveis e tributárias	11.325	11.566
Reclamações trabalhistas	<u>10.227</u>	<u>16.177</u>
	<u>21.552</u>	<u>27.743</u>

(-) Depósitos judiciais

Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, líquidas

Os depósitos judiciais apresentados no balanço patrimonial, no ativo não circulante, que totalizam R\$ 13.295 (R\$ 12.421 em 2019) referem-se a contingências de natureza trabalhista para os quais não foi constituída provisão, uma vez que os consultores jurídicos da Associação entendem como possível ou remota a probabilidade de perda (item b.i).

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	61.635	20.931
Adições		
Baixas	<u>(22.106)</u>	<u>(3.715)</u>
Pagamento		
Transferência para fornecedores	<u>(36.386)</u>	<u>(7.384)</u>
Atualizações monetárias	<u>27.743</u>	<u>27.743</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.082</u>	<u>(3.756)</u>
Adições		
Baixas	<u>(7.840)</u>	<u>(2.323)</u>
Pagamento		
Atualizações monetárias	<u>21.552</u>	<u>21.552</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	6.198	4.617
Reversão Transferências para Contingências		
Adições		
Baixas	<u>(1.796)</u>	<u>(4.471)</u>
Atualização Monetária	<u>455</u>	<u>12.421</u>
Transferências para Contingências	<u>12.421</u>	<u>12.421</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>12.421</u>	<u>4.471</u>
Reversão Transferências para Contingências		
Adições	<u>679</u>	<u>188</u>
Baixas	<u>(2.287)</u>	<u>(2.177)</u>
Atualização Monetária	<u>188</u>	<u>13.295</u>
Transferências para Contingências	<u>(2.177)</u>	<u>(2.177)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>13.295</u>	<u>13.295</u>

As baixas referem-se as reversões de provisões e a constituição ou o estorno dos depósitos judiciais em que a Sociedade considera como risco possível ou remoto de perda.

A Associação é parte envolvida em processos trabalhistas, previdenciários e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial e, quando determinado judicialmente, são garantidas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais externos e internos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(a.i) Trabalhistas: referem-se a diversos processos de natureza trabalhista movidos contra a Associação, cujos fundamentos pleiteados pelos reclamantes envolvem diferenças de salários, horas extras, adicional noturno, descanso semanal remunerado, indenizatórias, dentre outras. A provisão foi constituída com base em opinião dos seus consultores jurídicos internos

Sociedade Campineira de Educação e Instrução

CNPJ nº 46.020.301/0001-88

* continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Despesas com serviços de terceiros			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Exames clínicos e laboratoriais	8	469	477	8	149	157		
Consultorias	1.668	258	1.926	2.250	399	2.649		
Manutenção e conservação de equipamentos								
	1.653	1.059	2.712	1.679	438	2.117		
Mídias	4.237	323	4.560	2.698	232	2.930		
Aprendizagem administrativa								
	78	79	157	85	85			
Licença e Manutenção de Software								
	2.714	1.693	4.407	1.860	1.364	3.224		
Serviços de Profissionais Especializados								
	535	298	833	2.259	156	2.415		
Outras despesas	512	2.913	3.425	461	408	869		
	11.405	7.092	18.497	11.215	3.231	14.446		
22. Despesas com medicamentos e suprimentos hospitalares e outros			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Material cirúrgico e curativo	5	82	87	8	21	29		
Material de higiene e limpeza								
	1	2	3	7	7			
Material de laboratório e conservação								
	961	823	1.784	1.839	131	1.970		
Medicamentos								
	37	37		1	27	28		
Vestuário, uniformes e enxovais								
	68	68		343	17	360		
Outras despesas	350	211	561	627	120	747		
	1.387	1.220	2.607	2.827	333	3.160		
23. Despesas com serviços públicos			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Aluguéis de máquinas e equipamentos	3.622	686	4.308	2.193	579	2.771		
Taxa de lixo	373	373		458	458			
Outras despesas	183	215	398	274	2	276		
	4.178	901	5.079	2.925	580	3.505		
24. Despesas com expediente, consumo e outras			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Transporte aéreo	9	9		87	55	142		
Transporte terrestre	54	44	98	177	28	205		
Transporte de funcionário	900	1	901	1.769	1.769			
Associações e sindicatos	194	37	231	179	30	209		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Brindes	327	527	854	422	342	764		
Custas Judiciais	(34)	74	40	9	44	53		
Outras despesas	269	433	702	509	62	571		
	1.719	1.116	2.835	3.152	561	3.713		
25. Despesas com depreciação e amortização			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Amortização	1.051	97	1.148	703	56	759		
Depreciação	1.114	924	2.038	1.031	747	1.778		
	2.165	1.021	3.186	1.734	803	2.537		
26. Provisões para riscos e para créditos de realização duvidosa			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Provisão para contingências cíveis	29	135	164	(752)	658	(94)		
Provisão para contingências trabalhistas	(419)	(333)	(752)	(2.343)	1.249	(1.094)		
Provisão para devedores duvidosos	4.298	571	4.869	(30.845)	(295)	(31.140)		
	3.908	373	4.281	(33.940)	1.612	(32.328)		
27. Outras despesas operacionais			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Impostos, taxas e contribuições	76	34	110	599	4	603		
Seguros gerais	280	41	321	340	42	382		
Baixas do ativo fixo	(17)	20	3	89	13	102		
Transferências entre mantidas								
	4.134	(4.134)		4.010	(4.010)			
Outras despesas		26	26		3	3		
	4.473	(4.013)	460	5.038	(3.948)	1.090		
28. Receitas e despesas financeiras			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		
Despesas financeiras	(3.093)	(893)	(3.986)	(8.259)	(714)	(8.973)		
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	5.979	85	6.064	15.445	51	15.496		
Variação monetária ativa	2.806	38	2.844	2.554	34	2.588		
Descontos obtidos	15	4.224	4.239	5	4.666	4.671		

Diretoria			2020			2019		
	Educação	Saúde	Total	Educação	Saúde	Total		
Despesas financeiras:								
Variação monetária passiva	(1.514)	(808)	(2.322)	(6.754)	(630)	(7.384)		
Descontos concedidos	(1.164)	(1)	(1.165)	(1.055)	(7)	(1.062)		
Tarifas bancárias	(415)	(84)	(499)	(450)	(77)	(527)		